



Simulado Final

STJ

**Analista Judiciário – Área: Apoio
Especializado – Especialidade:
Comunicação Social - Pós-Edital**

Simulado

Simulado Final STJ (Analista Judiciário – Apoio Especializado - Comunicação Social)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Apoio Especializado - Comunicação Social do STJ**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/piCVgzhNWxUaX85M9>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/wqvp>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO I****A urgência de fazer o que não pode ser adiado**

“Adia tudo”, tenta-me Fernando Pessoa, através de Bernardo Soares, no “Livro do desassossego”: “Nunca se deve fazer hoje o que se pode deixar de fazer também amanhã.”

Às vezes penso em organizar uma igreja e ir de casa em casa com o “O Livro do desassossego” na mão:

— Boa tarde, o senhor já conhece Pessoa?

Pessoa não te ama. O seu apóstolo, Bernardo Soares, também não te ama. Não haver ninguém que te ame pode ser a maior das libertações. No fim, desisto de implementar a minha igreja, porque isso seria um projeto contrário ao espírito do desassossego. O livro inteiro é uma exaltação da não-ação. Vive para dentro, insiste o poeta de muitas formas diferentes. O teu interior é mais vasto do que o universo etc. Resultou com Fernando Pessoa, suponho, mas nem todos temos tanto interior. Eu não tenho.

“O Livro do desassossego” é o melhor que há em matéria de literatura de antiajuda, e talvez por isso seja tão bom e tão necessário. Pessoa não te ama. Pessoa não te quer ajudar. Pessoa testemunha, com uma lucidez sem misericórdia, a falta de lucidez das ações humanas. Assim, paradoxalmente, o múltiplo autor português mostra-nos as feridas do mundo; os absurdos em que nos deixamos enredar, e, ainda que não seja essa a sua intenção, ajuda-nos a agir.

Fico pensando em tudo o que posso não fazer hoje, e que poderia não fazer amanhã. Posso não ir à praia. Posso não terminar de ver “A Casa de Papel”. Posso não perder meia hora no Instagram. Depois, penso naquilo que tem de ser feito hoje; naquilo que se não fizer agora, já não poderei fazer amanhã, nem nunca mais, porque não haverá amanhã. Preciso respirar, por exemplo. Preciso comer. Tudo o que mantém meu corpo vivo. Mas também preciso escrever, ler, brincar e conversar com amigos; ouvir Chico Buarque e Caetano, enfim, tudo o que mantém meu espírito vivo. E ainda amar, namorar,

perdoar, me emocionar — tudo o que mantém meu coração vivo.

Enquanto cidadãos, também são inúmeras as situações que exigem uma ação imediata: não podemos deixar para amanhã nada que contribua para atenuar o cataclismo climático em curso. Precisamos vigiar a nossa pegada ecológica, viajar menos, não consumir alimentos vindos de lugares distantes, repensar o nosso regime alimentar, separar o lixo ou recusar sacolas de plástico.

Também não podemos deixar para amanhã a defesa da democracia. Isto é verdade em qualquer lugar. A democracia tem de ser defendida em casa, no trabalho e nas ruas. E tem de ser defendida agora! É preciso que todos se empenhem em estender pontes para antigos desafetos políticos.

(José Eduardo Agualusa. O Globo. Adaptado)

Com base nas informações do texto, julgue as assertivas a seguir.

- 01.** Infere-se do texto que para vivermos bem, precisamos viver sem compromissos e preocupações.
- 02.** É possível afirmar a partir da leitura do texto que a não-ação não diz respeito ao que realmente importa
- 03.** O autor do texto desiste da implementação da igreja porque “O livro do desassossego” não fala sobre amor.
- 04.** Segundo o texto, a obra “O Livro do desassossego” traz prejuízos para o leitor, opondo-se a literaturas de autoajuda.

TEXTO II

O Distrito Federal figura como a unidade da Federação com a maior redução de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs) do Brasil. O destaque nacional é apontado pelo Monitor da Violência, que faz o acompanhamento dos crimes contra a vida no país. De acordo com o estudo, a redução no DF chegou a 37%. Em todo o país, foram contabilizadas 1,3 mil mortes a menos nos três primeiros meses deste ano de 2021, em relação ao mesmo período de 2020, o que na média nacional representa redução de 11% nos CVLIs. A categoria engloba os homicídios (feminicídios), latrocínios e lesões corporais seguidas de morte.

“Esse destaque é um reconhecimento pelo trabalho que vem sendo desenvolvido a partir de políticas pautadas pelo interesse público adotadas pela Secretaria de Segurança Pública do DF (SSP/DF), em especial o programa DF Mais Seguro. Essas medidas foram, e são possíveis, por meio do trabalho integrado das forças de segurança e a avaliação constante de resultados, até mesmo para que sejam feitas adaptações, quando necessário”, avalia o secretário de Segurança Pública, delegado Júlio Danilo.

“Importante ressaltar que a queda do número de homicídios no DF estava ocorrendo mesmo antes da pandemia. É possível que a dinâmica das restrições impostas pelo período tenha interferido, porém não há estudo sobre o assunto. O que temos é uma redução que já vinha sendo consolidada e que se estabeleceu por todo o ano passado. Isso demonstra o esforço ainda maior dos profissionais da Segurança Pública, que tiveram que se adaptar às rotinas do novo cenário e, ainda assim, conseguimos terminar 2020 com redução recorde”, completa Danilo.

O levantamento feito pelo Monitor da Violência é uma parceria do Núcleo de Estudos da Violência da USP, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Portal G1. O objetivo é produzir dados para debater a violência e apontar soluções. Além do policiamento extensivo de policiais militares, a redução dos homicídios também resulta de uma série de ações e medidas adotadas pela Polícia Civil do DF (PCDF), como explica o titular da Coordenação de Repressão a Homicídios e de Proteção à Pessoa, Laércio Rosseto: “Essa redução de crimes violentos no DF está ligada à resposta que tem sido dada por parte da polícia judiciária local. As investigações e

prisões diminuem a impunidade e mostra que os autores desses crimes serão alcançados”.

Rosseto relata ainda ações adotadas pela instituição: “Os resultados foram obtidos por conta de uma série de ações, como a implementação do Plantão Extraordinário de Local de Crime (PEL); o combate ao tráfico de drogas; uso de tecnologia de ponta; o trabalho qualificado dos peritos criminais; e o deferimento de representações ofertadas ao Judiciário, com pareceres favoráveis do Ministério Público, o que possibilita medidas cautelares para uma investigação de excelência”.

Desde o ano passado, a SSP/DF deu início à implementação do DF mais Seguro, que é pautado pela aplicação ainda mais adequada das políticas de segurança, com base nos seguintes eixos: Cidade da Segurança Pública: modernização e ampliação do sistema de videomonitoramento; projeto Área de Segurança Prioritária (ASP), que vai seguir reforçando todas as ações nas regiões administrativas; e a melhoria no atendimento dos canais de emergência.

Março, mês em que ocorre o Dia Internacional da Mulher, foi marcado pelo lançamento do Mulher Mais Segura, que integra o DF Mais Seguro. O programa, voltado para o público feminino no DF, reúne medidas, iniciativas e ações de enfrentamento aos crimes de gênero e fortalecimento de mecanismos de proteção a esse público. Entre as medidas está o Dispositivo Móvel de Proteção à Pessoa (DMPP), para monitoramento de Medidas Protetivas de Urgência de casos encaminhados pelo Judiciário local e a disponibilização do estudo qualificado de feminicídios realizado mensalmente pela Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídio e Feminicídio (CTMHF).

Apesar de o objetivo principal ser a redução de homicídios, é notório que a presença policial contribuiu com o aumento da sensação de segurança da população e, conseqüentemente, com a redução de outros crimes, como roubos e furtos, como afirma Neves: “Com esta ação – que independe das ações ordinárias das forças de segurança – realizamos apreensão de drogas e armas e o cumprimento de mandados de prisão que estiverem em aberto”.

(Disponível em <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2021/05/31/distrito-federal-apresenta-maior-queda-no-pais-de-crimes-contra-a-vida/>. Adaptado)

Acerca dos sentidos do texto, julgue os itens a seguir.

05. A partir da leitura do texto, pode-se afirmar que a redução de crimes violentos no Distrito Federal se intensificou durante a pandemia do coronavírus, chegando a um patamar de 37% em comparação ao ano anterior.

06. O texto, ao discorrer sobre vários fatores que contribuem para os números mostrados no que diz respeito à criminalidade no Distrito Federal, caracteriza-se como predominantemente informativo.

Acerca de aspectos linguísticos do texto, julgue o item a seguir.

07. A expressão destacada em "o que possibilita medidas cautelares [...]" tem como antecedente "Ministério Público" e pode ser substituída, sem prejuízo da correção gramatical por **o qual**.

08. As palavras "memória", "violência" e "extraordinário" recebem acento de acordo com a mesma regra de acentuação.

09. Em "projeto Área de Segurança Prioritária (ASP), que vai seguir reforçando todas as ações nas regiões administrativas (6º parágrafo)", a vírgula, por seu caráter facultativo, preservaria o sentido original do texto se retirada.

10. A partícula destacada em "O que temos é uma redução que já vinha sendo consolidada e que **se** estabeleceu por todo o ano passado (3º parágrafo) pode ser classificada como pronome passivador.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

A respeito da organização e da competência do Poder Judiciário, julgue os itens abaixo.

11. A Constituição Federal elencou, em rol taxativo, as competências do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e dos órgãos da Justiça Especializada. A competência da Justiça Estadual, por outro lado, é residual, de forma que compete aos Tribunais de Justiça e aos Juízes de Direito aquilo que não for vedado pela Constituição Federal.

12. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, mandados de segurança contra atos do Presidente da República e de ministros de Estado.

13. O Superior Tribunal de Justiça poderá negar seguimento ao recurso especial, por decisão de 3/5 (três quintos) de seus membros, quando o recorrente não demonstra a relevância das questões de direito federal infraconstitucional discutidas no caso.

A respeito da organização político-administrativa do Estado, julgue o item abaixo.

14. Compete aos estados, mediante lei complementar, instituir, após plebiscito com a população diretamente interessada, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

A respeito dos princípios fundamentais e dos direitos fundamentais, julgue os itens abaixo.

15. Ofende os princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana a perquirição da vítima, em processos apuratórios e julgamentos de crimes contra a dignidade sexual, quanto ao seu modo de vida e histórico de experiências sexuais.
16. O transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, desde que já possua maioridade e o pedido seja feito na via judicial.
17. A condenação criminal transitada em julgado provoca a perda dos direitos políticos.
18. Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Regional Eleitoral.

LEGISLAÇÃO

Rubens Maurício

19. A Lei nº 12.618/12 instituiu o Regime de Previdência Complementar para os servidores públicos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, suas autarquias e fundações, inclusive para os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público da União e do Tribunal de Contas da União.
20. A adesão ao regime de previdência complementar instituído pela Lei nº 12.618/12 é obrigatória para todos os servidores que tomaram posse após a instituição da respectiva lei.

ÉTICA NO SETOR PÚBLICO

Antônio Daud

- Tomando por base os preceitos sobre ética e improbidade administrativa, julgue os itens a seguir.
21. Estão sujeitos às sanções da Lei de Improbidade os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, mesmo que o ente não integre a administração indireta.
22. Embora as pessoas jurídicas possam ser destinatárias das sanções da Lei de Improbidade Administrativa, estas deixarão de ser aplicadas caso o ato praticado seja também sancionado como ato lesivo à administração pública pela Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013).
23. Na ação judicial por improbidade administrativa, será assegurado o direito de o réu ser interrogado sobre os fatos de que trata a ação, sendo que sua recusa implicará confissão.
24. As ações judiciais por improbidade administrativa sujeitam-se ao reexame obrigatório da sentença de improcedência ou de extinção sem resolução de mérito.
25. A ação judicial por improbidade administrativa tem natureza bivalente, podendo ter caráter repressivo-sancionatório ou destinar-se à proteção do patrimônio público e social.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS*Géssica Ehle*

De acordo com a Teoria geral e a Afirmação histórica dos direitos humanos, julgue os itens a seguir.

26. Os direitos humanos não prescrevem diante da passagem do tempo, contudo não se pode falar em responsabilidade anos após a ocorrência de uma violação.

27. Os tratados internacionais de Direitos Humanos se sobrepõe ao Texto Constitucional por sua força *jus cogens*, devendo preponderar sobre o caso concreto em todas as situações.

28. Todos os tratados internacionais poderão ser internalizados com “status” de norma constitucional, bastando que sejam aprovados por três quintos, em dois turnos, pelas duas casas do Congresso Nacional.

Sobre questões de gênero, equidade e direitos da pessoa com deficiência, julgue os itens a seguir.

29. O direito à prioridade de atendimento em instituições que fornecem serviços ao grande público são extensíveis aos doadores de sangue que comprovem os requisitos legais.

30. O Símbolo Internacional de Surdez é composto por um cordão de fita com desenhos de girassóis.

31. Estado e iniciativa privada buscarão desenvolver políticas públicas para combater a desigualdade racial, por meio de políticas públicas.

32. Mulheres negras têm garantido linhas de crédito especiais para pequenas produções como forma de ação afirmativa.

NORMATIVOS INTERNOS DO STJ*Tiago Zanolla*

COM BASE NO REGIMENTO INTERNO DO STJ, RESPONDA:

33. Art. 7º O Conselho da Justiça Federal é integrado pelo Presidente, Vice-Presidente, Corregedor Nacional de justiça, e quatro Ministros do Tribunal, eleitos por dois anos, e pelos Presidentes dos seis Tribunais Regionais Federais

34. À Segunda Seção cabe processar e julgar os feitos relativos a obrigações em geral de direito privado, mesmo quando o Estado participar do contrato

35. Apenas quando convier pronunciamento da Seção, em razão da relevância da questão, e para prevenir divergência entre as Turmas da mesma Seção as turmas remeterão os feitos de sua competência à Seção de que são integrantes.

36. O Presidente convocará um juiz federal para exercer a função de Secretário-Geral do Conselho da Justiça Federal.

37. A antiguidade do Ministro no Tribunal, para sua colocação nas sessões, distribuição de serviço, revisão dos processos, substituições e outros quaisquer efeitos legais ou regimentais, é regulada na seguinte ordem: exercício, posse e nomeação.

38. Dos atos e decisões do Conselho da Justiça Federal cabe recurso administrativo ao Conselho Nacional de Justiça.

39. Conforme o Código de Ética, a destinatária e o destinatário deste Código que realizam trabalho remoto ou teletrabalho, híbrido ou integral, independentemente da denominação utilizada, devem se manter no local de trabalho com vestimenta e postura compatíveis com o ambiente profissional.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Tiago Zanolla

COM BASE NA ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO, ANALISE AS QUESTÕES A SEGUIR:

- 40.** A moral está diretamente ligada aos costumes e tradições de um grupo social, enquanto a ética busca compreender e avaliar criticamente essas normas.
- 41.** Os princípios éticos e os valores morais no exercício da função pública exigem que o servidor atue sempre com imparcialidade, transparência e comprometimento com o interesse público.
- 42.** A ética na democracia consiste na defesa incondicional da maioria, mesmo que isso viole direitos fundamentais de minorias.
- 43.** Do ponto de vista ético, a obrigatoriedade do voto no Brasil busca assegurar uma participação ampla, promovendo o compromisso de cada cidadão com a democracia.

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

- 44.** A comunicação homem máquina tem perdido a importância no mundo moderno, visto que a tendência é que as máquinas façam cada vez mais o trabalho sozinhas.
- 45.** O gráfico de linha é um dos mais utilizado para representar o progresso dos valores de uma variável no transcorrer do tempo.

- 46.** No Windows Explorer, ferramenta do Windows 10, é possível exibir elementos nos modos de exibição: Lista, Detalhes, Ícones Extra Grandes, dentre outros.
- 47.** No menu Configurações do Windows existe a funcionalidade Windows Update que permite a realização de backups a partir de recursos do próprio sistema operacional.
- 48.** No Word, o recurso de comentário deve ser utilizado para colocar notas informativas no fim do texto ou no fim da página.
- 49.** No Excel existe a possibilidade de integração com outras bases de dados inclusive permitindo a importação e exportação de arquivos de dados em formatos como o csv.
- 50.** No Teams é possível criar reuniões e enviar o convite para os participantes por email.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**COMUNICAÇÃO SOCIAL I**

Júlia Branco

51. No que diz respeito à produção de conteúdo em assessoria de imprensa, é correto afirmar que a principal função do release é replicar as informações institucionais.
52. Em assessoria de imprensa, a definição de uma pauta deve considerar não apenas os objetivos da organização, mas também a linha editorial dos veículos de comunicação a serem contatados.
53. A organização de entrevistas coletivas deve ser priorizada quando o assunto é de interesse restrito a um público específico.
54. No contexto digital, as assessorias de imprensa utilizam salas de imprensa virtuais como ferramentas para disponibilizar conteúdos atualizados e facilitar o acesso dos jornalistas às informações institucionais.
55. Em situações de crise, é recomendável que o assessor de imprensa aguarde os veículos de comunicação solicitarem informações, sem se precipitar ao emitir posicionamentos oficiais.
56. A linguagem utilizada em releases deve ser persuasiva e subjetiva para destacar a imagem positiva da organização junto aos jornalistas.
57. A assessoria de imprensa deve evitar publicar conteúdos em redes sociais corporativas, já que isso pode desviar a atenção dos jornalistas dos releases enviados por e-mail.
58. Em tempos de redes sociais, a estruturação de notícias na pirâmide invertida tornou-se dispensável, uma vez que os leitores preferem formatos mais interativos e não lineares.
59. Em entrevistas coletivas, o repórter deve se ater às perguntas previamente formuladas para evitar conflitos com outros jornalistas presentes.
60. A entrevista “pingue-pongue” prioriza a fidelidade às respostas do entrevistado, apresentando as perguntas e respostas de forma direta.
61. A curadoria de conteúdo no jornalismo digital é uma prática que visa selecionar notícias que geram maior engajamento nas redes sociais.
62. Os valores-notícia, como ineditismo e proximidade, são aplicados tanto no jornalismo impresso quanto no digital, mas podem ser adaptados ao formato da plataforma.
63. A imparcialidade no jornalismo é garantida pela ausência de adjetivos e de opiniões explícitas no texto.
64. A teoria do *agenda-setting* propõe que os meios de comunicação determinam o que o público deve pensar sobre determinados assuntos.
65. No *newsmaking*, acredita-se que a produção de notícias é um processo totalmente objetivo, pautado apenas pela relevância factual dos eventos.
66. A política de comunicação institucional do Superior Tribunal de Justiça (STJ) busca alinhar-se aos princípios constitucionais da administração pública, sem vinculação direta com os objetivos estratégicos do Tribunal.

- 67.** As ações de comunicação institucional do STJ incluem a gestão do portal do Tribunal, que está vinculada exclusivamente à Secretaria de Comunicação Social.
- 68.** A divulgação de informações nos canais institucionais do STJ deve ser clara, completa e precisa, observando direitos fundamentais e acessibilidade, exceto nos casos de sigilo ou segredo de justiça.
- 69.** É permitido que servidores e colaboradores do STJ criem perfis em redes sociais em nome da instituição, desde que sigam o Manual de Identidade Visual do Tribunal.
- 70.** A Secretaria de Comunicação Social do STJ tem autonomia para criar perfis oficiais do Tribunal em mídias sociais, mas deve evitar a criação de perfis em nome da instituição por outras unidades ou terceiros.
- 71.** A divulgação de conteúdo noticioso pelo STJ pode incluir julgamentos em andamento, desde que respeite os critérios jornalísticos de interesse público, atualidade e relevância.
- 72.** A vedação ao uso dos meios de comunicação social para promoção pessoal de magistrados(as), conselheiros(as) ou servidores(as) é uma diretriz estabelecida pela Política de Comunicação Social do CNJ.
- 73.** Os canais de comunicação social do CNJ, incluindo perfis em redes sociais, podem ser criados e geridos por servidores de qualquer setor, desde que aprovados pela Secretaria de Comunicação Social.

- 74.** A responsabilidade de cuidar para que manifestações de caráter pessoal não sejam tomadas como institucionais recai exclusivamente sobre a Secretaria de Comunicação Social.
- 75.** A Política de Comunicação Social do CNJ prevê que campanhas publicitárias deverão seguir o plano anual de comunicação, cabendo à Secretaria-Geral sua aprovação.

COMUNICAÇÃO SOCIAL II

Orivaldo Júnior

Sobre o uso de blogs no jornalismo

- 76.** Os blogs oferecem uma maior liberdade de expressão para jornalistas em comparação com outros meios digitais, permitindo opiniões pessoais e furos de reportagem rápidos.
- 77.** A estrutura tradicional dos blogs favorece a interação apenas com usuários anônimos, o que limita a confiabilidade dos feedbacks.

Sobre redes sociais e métricas de engajamento

- 78.** O alcance é uma métrica que reflete o número total de vezes que uma publicação foi exibida para a audiência, incluindo visualizações repetidas.
- 79.** O engajamento é um indicador da qualidade do relacionamento entre a organização e sua audiência, demonstrado por ações como curtidas, comentários e compartilhamentos.

Sobre algoritmos em redes sociais

80. Os algoritmos de redes sociais priorizam postagens com maior interação inicial para ampliar seu alcance orgânico entre os usuários.

81. Os algoritmos são ferramentas acessíveis ao usuário comum, permitindo ajustes para priorizar publicações específicas.

Sobre a relação entre redes sociais e organizações

82. O uso de redes sociais por organizações públicas facilita o contato direto com os cidadãos e promove a transparência de suas ações.

83. Publicações patrocinadas por organizações em redes sociais são sempre identificadas como anúncios para o usuário.

Sobre a evolução do uso de blogs no Brasil

84. A popularização dos blogs no Brasil no início dos anos 2000 foi impulsionada pela redução dos preços dos computadores pessoais e o aumento do acesso à internet.

85. O uso de blogs por jornalistas brasileiros é restrito à reprodução de conteúdos publicados previamente em jornais impressos.

Sobre o conceito de Comunicação Pública

86. A Comunicação Pública visa atender exclusivamente aos interesses do governo em exercício, reforçando sua imagem perante a sociedade.

87. A Comunicação Pública contribui para a fiscalização das ações do poder público e fortalece o exercício da cidadania.

Sobre a relação entre Comunicação Pública e governança democrática

88. A transparência é um princípio fundamental da Comunicação Pública e está diretamente associada ao fortalecimento da governança democrática.

89. A Comunicação Pública prioriza a divulgação de informações técnicas, não sendo necessário adaptá-las para a compreensão da população.

Sobre instrumentos de Comunicação Pública

90. Os instrumentos de diálogo, como ouvidorias e fóruns de consulta, são fundamentais para a promoção da interação entre cidadãos e gestores públicos.

91. Instrumentos de informação, como pôsteres e publicações institucionais, têm como principal função estimular o diálogo entre cidadãos e gestores públicos.

Sobre a legislação e Comunicação Pública

92. A Lei de Acesso à Informação (LAI) estabelece que a publicidade é a regra e o sigilo, a exceção.

93. A LAI exige que todos os municípios brasileiros, independentemente do número de habitantes, disponibilizem suas informações em plataformas digitais.

Sobre os desafios da Comunicação Pública no Brasil

94. A falta de mão de obra qualificada é um dos principais desafios para a implementação eficiente da Comunicação Pública no Brasil.

95. A Comunicação Pública enfrenta desafios apenas em locais com baixo acesso à internet e infraestrutura precária.

Sobre o conceito de Relações Públicas (RP)

96. Relações Públicas são responsáveis pela gestão estratégica da comunicação organizacional, envolvendo tanto os públicos internos quanto externos.

Sobre a função estratégica das Relações Públicas

97. A função estratégica das Relações Públicas é focada exclusivamente na gestão de crises organizacionais.

Sobre a comunicação dirigida

98. A comunicação dirigida utiliza diferentes meios para alcançar públicos específicos, garantindo maior eficiência no feedback.

Sobre a classificação de públicos organizacionais

99. O público misto vinculado é composto por pessoas que não estão no espaço físico da organização, mas possuem vínculo jurídico ou empregatício com ela.

Sobre a integração entre Relações Públicas e Marketing

100. Relações Públicas e Marketing possuem funções distintas, mas complementares, com RP focando no fortalecimento institucional e o Marketing nas vendas e na experiência do consumidor.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

101. De acordo com a LINDB (Decreto-Lei 4.657/42), a vigência da norma jurídica, inicia-se em 45 dias corridos após a sua publicação oficial, salvo disposição contrária, abrangendo todo o território nacional e aplicando-se de forma sincrônica.

102. A LINDB permite a repristinação automática de uma norma revogada quando a norma revogadora perde a vigência.

103. De acordo com o art. 2º do CC/2002, a personalidade civil da pessoa natural começa com a concepção, garantindo-se desde este momento todos os direitos da personalidade ao nascituro.

104. A teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, prevista no Código Civil, permite sua aplicação independentemente da comprovação de desvio de finalidade ou confusão patrimonial, bastando a demonstração de insolvência da pessoa jurídica.

105. O domicílio da pessoa natural que não possui residência habitual será o local onde ela for encontrada.

106. De acordo com o Código Civil, as pertenças, ainda que sejam bens acessórios, são, em regra, abrangidas pelos negócios jurídicos que envolvam o bem principal, salvo disposição contrária em lei ou pela vontade das partes.

107. A inexistência de um elemento essencial no suporte fático implica que o fato jurídico não atinge o plano da validade, podendo, entretanto, gerar efeitos jurídicos no plano da eficácia.

108. A condição suspensiva, nos negócios jurídicos, impede tanto a aquisição quanto o exercício do direito enquanto o evento futuro e incerto não ocorrer.

109. A presunção de morte sem decretação de ausência pode ser declarada judicialmente em caso de perigo de vida, sendo imprescindível o esgotamento prévio das buscas e averiguações para a fixação da data provável do óbito.

110. Os bens de uso comum do povo, segundo o CC/2002, são inalienáveis enquanto conservarem essa qualificação e não podem ser adquiridos por usucapião.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

111. Julgue o item subsequente, considerando as disposições do Código de Processo Civil.

O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.

112. Com base nas disposições do Código de Processo Civil sobre jurisdição e ação, julgue o item seguinte.

Para postular em juízo é necessário ter interesse, legitimidade e possibilidade jurídica como condições da ação.

113. Julgue o item subsequente, considerando as disposições da lei 12.016/2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.

O direito de requerer mandado de segurança extingue-se a decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado

114. Julgue o item subsequente, considerando as disposições da lei 12.016/2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.

Os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais.

115. Julgue o item subsequente, considerando as disposições do Código de Processo Civil.

Na hipótese de interposição conjunta de recurso extraordinário e recurso especial, os autos serão remetidos ao Supremo Tribunal Federal.

116. Julgue o item subsequente, considerando as disposições do Código de Processo Civil.

Da denegação de um mandado de injunção por tribunal superior cabe recurso ordinário dirigido ao Superior Tribunal de Justiça.

117. Julgue o próximo item, referente à ação civil pública.

A ação civil poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

118. Julgue o próximo item, referente à ação civil pública.

A Defensoria Pública é legitimada para o ajuizamento de ação civil pública.

119. Com referência às normas processuais civis, julgue o item a seguir.

As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, ressalvada a atividade satisfativa.

120. Com referência às normas processuais civis, julgue o item a seguir.

Os juízes e os tribunais atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão

Discursiva

“IA generativa ou inteligência artificial generativa se refere ao uso de IA para criar novos conteúdos, como texto, imagens, música, áudio e vídeos. Ela usa modelos de fundação (modelos de IA grandes) capazes de realizar várias tarefas ao mesmo tempo, além de resumos, perguntas e respostas, classificações e muito mais. Além disso, com o mínimo de treinamento necessário, os modelos de fundação podem ser adaptados para casos de uso específicos com poucos dados de exemplo”.

Google Cloud. Disponível em: <<https://cloud.google.com/use-cases/generative-ai?hl=pt-BR>>

Considerando-se que o texto acima tem caráter somente motivador, redija um texto dissertativo, de até 30 linhas, sobre o uso da inteligência artificial (IA) no jornalismo, respondendo, fundamentadamente, os aspectos a seguir:

1. Cite ao menos um tipo de inteligência artificial generativa que tem sido aplicado na profissão e dê três exemplos de sua utilização; **[valor: 13 pontos]**
2. Aponte pontos positivos e negativos do emprego da IA no telejornalismo e no fotojornalismo; **[valor: 13 pontos]**
3. Explique se o uso dessas novas tecnologias pode ampliar o fenômeno das “fake news” nas redes sociais. **[valor: 12 pontos]**

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>